

TÍTULO: Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho

AUTORIA: Paula Mendes

PUBLICAÇÕES: TECNOMETAL n.º 139 (Março/Abril de 2002)
KÉRAMICA n.º 249 (Julho/Agosto de 2002)

FUNDAMENTOS

A nível dos países da União Europeia os pesados encargos suportados pelos trabalhadores e respectivas famílias, bem como os custos económicos dos acidentes de trabalho para a economia europeia, constituem um grande motivo de preocupação. De acordo com o Eurostat, anualmente ocorrem na EU quase cerca de 4 800 000 acidentes de trabalho, resultando em mais de três dias de ausência, elevando-se a cerca de 146 000 000 de dias de trabalho perdidos. Quanto aos acidentes mortais, registam-se durante este período mais de 5 500.

Quanto aos custos indirectos, apesar da sua difícil quantificação, há, no entanto, a ideia de que atingem proporções extraordinárias, pois que eles repartem-se por um elevado número de factores, como sejam:

- Custos associados à substituição do trabalhador acidentado;
- Custos do sistema de saúde;
- Custos administrativos;
- Reparação dos equipamentos danificados;
- Perdas de produção e redução da produtividade;
- Perdas de competitividade;
- Perdas associadas à imagem;
- Custos sociais diversos.

Em Portugal, os indicadores, quando comparados com os da União Europeia, são ainda mais preocupantes, até pela maior dimensão do impacto que essas realidades têm em sociedades e economias que revelam algumas vulnerabilidades como é o caso português. Assim, para uma população activa empregada de cerca de 4.250.000 pessoas, temos nos últimos anos:

- Uma oscilação entre 200.000 e 300.000 acidentes de trabalho por ano;
- Uma oscilação entre 250 e 370 acidentes de trabalho mortais por ano;

Pelo exposto, há ainda um longo percurso a percorrer no sentido de diminuir a sinistralidade no trabalho em Portugal, na UE em geral, e em Portugal, em particular.

Apesar da diversidade e quantidade de diplomas legais que têm sido publicados, com particular incidência na última década, constata-se que poucos efeitos têm tido na efectivação de um sistema de prevenção de riscos profissionais nas empresas, que contribua efectivamente para diminuição da sinistralidade e incidência das doenças profissionais. Assim, impõe-se a necessidade da criação de mecanismos que permitam uma abordagem sistemática e integrada destas questões. A gestão da segurança e saúde no trabalho deve ser parte integrante do sistema de gestão global da empresa ou instituição, evitando-se as abordagens temáticas e pontuais, desenvolvidas na sequência da publicação de legislação, ou em virtude da pressão dos organismos que detêm competências de fiscalização nestas matérias.

A NP 4397 de 2001 foi desenvolvida para responder à necessidade sentida pelas empresas da existência de uma norma aplicável a Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho relativamente à qual possam ser avaliadas e ter os seus sistemas certificados.

Esta Norma Portuguesa foi adaptada da especificação OHSAS 18001:1999 da BSI – British Standards

A NP 4397 foi desenvolvida para ser compatível com a norma NP EN ISO 9001:2000 – Sistemas de gestão da Qualidade e a norma dos Sistemas de Gestão Ambiental NP EN ISO 14001: 1999, a fim de facilitar a integração dos três sistemas (gestão da SST, gestão ambiental e gestão da qualidade), caso seja essa a intenção das organizações.

OBJECTIVO E CAMPO DE APLICAÇÃO DA NP 4397

A NP 4397 contém requisitos de um sistema de gestão da Segurança e Saúde do Trabalho que permite às empresas / instituições controlar os seus riscos para a SST e melhorar o seu desempenho.

Estes requisitos aplicam-se às empresas que pretendam:

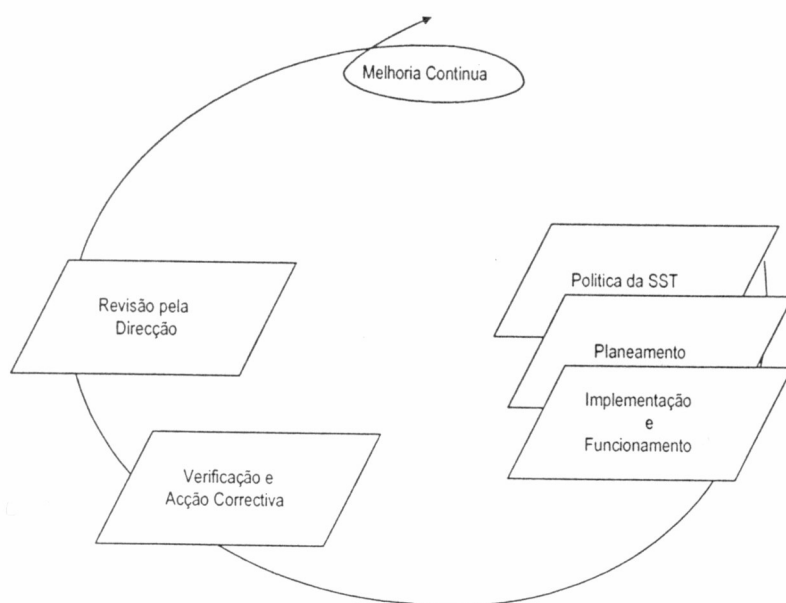
- estabelecer um sistema de gestão da SST destinado a eliminar ou minimizar o risco para os trabalhadores e terceiros (ex: visitantes e subcontratados) que possam estar expostos a riscos para a SST associados às suas actividades;
- implementar, manter e melhorar de forma contínua um sistema de gestão da SST;
- assegurar-se da conformidade com a política da SST que estabelecer;
- demonstrar essa conformidade a terceiros;

- obter a certificação ou o reconhecimento do seu sistema de gestão da SST por uma organização externa ou,
- fazer uma auto-avaliação e uma declaração de conformidade com esta Norma Portuguesa.

REQUISITOS DO SISTEMA DE GESTÃO DE SST PRECONIZADOS NA NP 4397

Requisitos Gerais (4.1.)

A organização deve manter e estabelecer um sistema de gestão da Segurança e Saúde do Trabalho, referido na secção 4, cujo modelo está representado na figura que se apresenta, estruturado de acordo com o ciclo PDCA de Deming.



Política de SST (4.2)

Deve existir uma política da Segurança e Saúde do Trabalho autorizada pelo mais alto nível de gestão da organização, que indique claramente os objectivos globais da segurança e saúde.

Deve ainda incluir um compromisso que, no mínimo, deve obrigatoriamente incluir o cumprimento da legislação em vigor a melhoria contínua.

Planeamento (4.3.)

Esta secção contempla os seguintes quatro requisitos:

- Planeamento para identificação dos perigos e para a avaliação e controlo dos riscos:

A organização deve estabelecer e manter procedimentos para a identificação dos perigos, a avaliação dos riscos e a implementação das medidas de

controlo necessárias, de forma sistemática. Nestes procedimentos devem incluir-se:

- Actividades de rotina e ocasionais;
- Acttividades de todo o pessoal que tenha acesso ao local de trabalho (incluindo prestadores de serviços e visitantes);
- Instalações no local de trabalho, quer sejam disponibilizadas pela organização ou por terceiros.

A organização deve assegurar-se que os resultados destas avaliações e os efeitos destes controlos são considerados quando estabelecer os seus objectivos da SST. A organização deve documentar-se e manter esta informação actualizada.

- Requisitos legais e outros requisitos:

A organização deve estabelecer e manter um procedimento para identificar e aceder aos requisitos legais e outros requisitos, que a organização subscreva, aplicáveis em matéria da SST.

A organização deve manter esta informação actualizada. Deve comunicar a informação relevante sobre requisitos legais ou de outra índole aos seus trabalhadores e a outras partes interessadas relevantes.

- Objectivos:

- Programa de gestão da SST:

Implementação e funcionamento (4.4)

Esta função prevê os seguintes aspectos:

- Estrutura afecta à SST e responsabilidade;
- Formação, sensibilização e competência;
- Consulta e comunicação;
- Documentação, devendo o sistema encontrar-se devidamente documentado;
- Controlo dos documentos e dos dados, de forma a garantir a sua localização, acessibilidade, adequabilidade e actualização;
- Controlo operacional;
- Prevenção e capacidade de resposta a emergências, de forma a garantir a minimização das consequências de acidentes e situações de emergência.

Verificação e acções correctivas (4.5)

Incluem-se nesta secção o estabelecimento e manutenção de um conjunto de procedimentos que permitam:

- monitorizar e medir periodicamente o desempenho em SST,

- analisar e investigar acidentes e não conformidades,
- gerir os registos de SST;
- realizar auditorias periódicas ao sistema de gestão de SST, de forma a avaliar da sua eficácia aos vários níveis.

Revisão pela direcção (4.6.)

A direcção deve, com a periodicidade que determinar, rever o sistema de gestão da SST, por forma a assegurar que o mesmo continua adequado, suficiente e eficaz.

Nota final: Terminou em 15 de Abril o período de discussão pública referente à pr NP 4410:2002 – Sistemas de gestão da segurança e saúde do trabalho. Linhas de orientação para a implementação da norma NP 4397.